

(ESTE ARTIGO NÃO REFLETE, NECESSARIAMENTE, AS OPINIÕES DA BANCADA DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES NA CÂMARA DOS DEPUTADOS)

O Censo Agropecuário 2006: uma leitura crítica de seus resultados principais

Brasília, 11 de novembro de 2009
Por Maria Thereza Pedrosa¹

Introdução

Diversos artigos sobre as regiões rurais brasileiras estão sendo elaborados a partir de informações disponibilizadas pelo Censo Agropecuário 2006, recentemente lançado. São interpretações relevantes, produzidas por estudiosos e autoridades, interessados nas condições sociais e econômicas das atividades agropecuárias. O Censo era aguardado com expectativa, pois o recente ciclo expansionista da economia foi estimulado, fortemente, pelas transformações ocorridas na produção e o Brasil emergiu como um dos mais destacados produtores agrícolas do mundo. Ou seja, distintos sinais, por exemplo, sugeriam uma significativa mudança na base técnica de produção, mostrando a evolução da produtividade em várias cadeias produtivas.

Surpreende, contudo, que nenhum dos analistas, até o momento, tenha ressaltado um fato preocupante, o qual deve vir à discussão pública, inclusive para obter do IBGE uma necessária explicação. Sem tal justificativa, as análises podem ter sido açodadas, insistindo com conclusões que seriam, quando menos, controversas. Sabe-se que os censos resultam de declarações voluntárias dos respondentes, mas ainda assim os organismos que coletam os dados controlam as margens de erro, o IBGE não sendo exceção. Inclusive por se tratar de instituição cujo rigor metodológico é marca de excelência de suas pesquisas.

Mas não foi publicamente afirmado ainda, ao que se sabe, que o Censo apresenta problemas de aferição empírica graves, tornando problemática a utilização dos dados apurados. Como são estatísticas intensamente utilizadas por estudiosos, planejadores, formuladores de políticas, organismos internacionais e outros, os quais as tomam como um espelho da realidade (dentro de margem de erro aceitável), é estranho que o recém-lançado levantamento contenha sérios erros de

¹ Assessora de política agrícola da Liderança do PT na Câmara dos Deputados.

evidenciação. Ainda mais inesperado, que o IBGE não tenha ainda se pronunciado a respeito. Citam-se a seguir algumas das lacunas já detectadas.

Podemos acreditar no Censo?

Um dos principais erros do levantamento diz respeito ao cultivo de maior significação da agricultura brasileira. A soja, segundo o Censo, teve praticamente um terço de sua produção (aproximadamente 16 milhões de toneladas) não computado nas estatísticas, bem como uma área colhida completamente diferente da real. Posteriormente ao levantamento, o próprio IBGE passou a utilizar os dados reais, mas não encontramos no Censo nenhuma explicação para este imenso erro de coleta. Sem os dados corretos, há um efeito-dominó nas interpretações, desde a produtividade aos custos de produção. Basta citar, por exemplo, que o Censo menciona uma taxa de crescimento de 88% na produção de soja no intervalo censitário, mas de fato tal expansão foi de aproximadamente 150%.

São demasiados os erros empíricos no documento. Os dados monetários, por exemplo, são quase todos inconfiáveis. Ao registrar o endividamento rural, tanto o bancário como o não bancário, o Censo cita o total de quase 17 bilhões de reais. Mas dados do Banco Central apontam 43 bilhões. Em outra coluna mais ampla, que acumula as dívidas e ônus reais dos produtores, o Censo indica quase 27 bilhões, quando é notória a astronômica cifra de 75 bilhões, em todos os documentos, inclusive aqueles oficiais, ao discutir tal tema. Também desapareceram no levantamento três dezenas de milhões de cabeças de gado bovino (comparado com outras fontes) e, ainda mais espantoso, se cotejados os dados oficiais do INCRA, o Censo deixa de registrar quase 800 mil beneficiários de lotes que teriam sido distribuídos dentro do Programa Nacional de Reforma Agrária. Onde teriam se escondido dos recenseadores?

Outros dados são inexplicáveis e um exemplo talvez baste. Mato Grosso é atualmente um dos estados agrícolas mais produtivos, onde se encontram algumas das propriedades mais tecnificadas do país. Mas o Censo registra que apenas 11% dos estabelecimentos utilizam adubação química, uma proporção inexpressiva, quando comparada aos demais estados. Qual seria a origem do crescimento impressionante da produção naquele estado? Apenas da fertilidade natural dos solos? Não é crível que isto tenha ocorrido.

Principais resultados: uma rápida síntese

Apesar da ressalva relativa aos dados apurados pelo Censo Agropecuário de 2006, indicando os erros empíricos e assim exigindo cautela nas conclusões, apresentamos a seguir seus principais resultados:

Mudanças no uso da terra

O Censo Agropecuário de 2006 apurou que os 5.175.489 estabelecimentos agropecuários ocupavam 329.941.393 hectares, o equivalente a 36,75% do território brasileiro. Em relação ao Censo de 1995, houve uma redução de 6,69% na área total dos estabelecimentos agropecuários. O Censo de 2006 verificou que as unidades de conservação representavam 8,47% do território nacional e as terras indígenas ocupavam 14,74% do país. Em relação ao Censo de 1995, houve aumento de 128,2% na área de unidades de conservação e 19,09% nas áreas indígenas. Tais dados indicam que, apesar da vastidão do país e a existência de um imaginário social e cultural que entende o Brasil como tendo “terras ilimitadas”, a verdade é que retiradas as áreas protegidas já “fechadas” em função das unidades de conservação, áreas de proteção permanente, áreas de reserva legal, parques nacionais, entre outros, a área sobrando para a expansão da agropecuária no Brasil, atualmente, se restringe ao Cerrado, o único bioma que pode, segundo os preceitos legais atualmente existentes, experimentar aquela citada expansão. Quase certamente, o Cerrado deverá ser a próxima “zona de combate” entre os campos “produtivista” e o “ambientalista”.

Distribuição fundiária

Pouco mudou na distribuição fundiária brasileira, comparando-se os censos dos últimos cinquenta anos. Não obstante o vigor do Programa Nacional de Reforma Agrária dos últimos anos, sobretudo durante a atual administração federal, em termos de Brasil, verificados os censos de 1985, 1995 e 2006, os estabelecimentos com mais de 1000 hectares ocupavam 43% da área total de estabelecimentos agropecuários. Os estabelecimentos com menos de 10 hectares ocupavam 2,7% da área total. Em termos de números de estabelecimentos, cerca de 47% tinha menos de 10 hectares. Enquanto aqueles com mais de 1.000 hectares representava em torno de 1% do total. O que se conclui que a estrutura fundiária brasileira continua concentrada.

Tecnologia agropecuária

1. Produção e área Plantada. Entre os Censos de 1995 e 2006, a variação da produção de milho foi de 65,7%; de soja foi de 88,8%; de cana-de-açúcar foi de 47,9%; de feijão foi de 50,6% e de algodão foi de 188,6%. No entanto, as variações das áreas plantadas das referidas culturas foram menores que a variação da produção. De milho foi de 47,7%; de soja foi de 11,5%; de cana-de-açúcar foi de 10,9%; feijão foi de 41,7%; de algodão foi de 124%. O que significa que se produz mais em áreas menores. Em suma, a agricultura brasileira está muito mais eficiente.

2. Orientação Técnica. O Censo de 2006 verificou que apenas 22% dos estabelecimentos receberam orientação técnica. Esta é informação de grande importância porque está a indicar a necessidade de consolidar, muito mais do que

atualmente existe, a rede pública de assistência técnica e extensão rural, no intuito de disseminar novos conhecimentos e tecnologias para todos os produtores rurais.

3. Produção Animal. O Censo de 2006 verificou que cerca de 70% dos estabelecimentos possuíam produção animal. Sendo a bovina a mais presente, em praticamente todas as propriedades. A expansão do rebanho bovino, por sua vez, ocorreu com vigor, sobretudo, nos estados da região Norte, destacando-se o Pará.

4. Irrigação. O Censo de 2006 verificou que 6,3 % dos estabelecimentos utilizavam irrigação, o que representou 39% a mais em relação ao Censo anterior. É, no entanto, uma proporção ainda muito baixa e esforços muito mais significativos precisarão ser feitos para ampliar a rede de irrigação existente nas regiões rurais brasileiras.

5. Mecanização. O Censo de 2006 verificou que apenas 10,2% dos estabelecimentos possuíam tratores. Em relação a 1995, houve incremento de 20 mil unidades, 2,6%. Como o Censo apura mudanças ocorridas depois de um período de expansão significativa da área plantada, este pequeno aumento surpreende, e a explicação dos especialistas é que, confrontado com as vendas ocorridas no período, provavelmente houve aumento muito mais expressivo nas aquisições, mas realizadas para substituir o equipamento já existente e que apresentava capacidade produtiva decrescente, em função do uso intensivo. Alguns, da mesma forma, indicam que estaria ocorrendo uma “otimização” no uso do equipamento mecânico na agricultura brasileira, com muitos produtores substituindo tratores maiores e relativamente obsoletos por tratores menores e mais eficientes e adequados às suas respectivas escalas de produção.

6. Agrotóxicos. O Censo de 2006 verificou que os estabelecimentos dirigidos há 10 anos ou mais pelo mesmo produtor (3,16 milhão ou 61,1%) eram os que mais utilizam agrotóxicos (922 mil ou 66,1%). Mais da metade dos estabelecimentos onde houve utilização de agrotóxicos não recebeu orientação técnica.

Indicadores sociais

1. Educação. O Censo de 2006 verificou que em 81,5% dos estabelecimentos os responsáveis não sabiam ler e escrever ou possuíam apenas o ensino fundamental.

2. Postos de Trabalho. O Censo de 2006 verificou que pequenos estabelecimentos (área inferior a 200 ha) utilizavam 12,6 vezes mais trabalhadores por hectare que os médios (área entre 200 e 2000 ha) e 45,6 vezes mais que os grandes estabelecimentos (área superior que 2000 ha).

3. Empregos. O Censo de 2006 verificou que avia 16.567.544 pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários (incluindo produtores, seus familiares e empregados temporários ou permanentes, que correspondia a 18,9% da

população ocupada no país. Excluindo-se as pessoas que não foram contratadas diretamente pelo produtor (como no caso das empreiteiras), o Censo de 2006 encontrou 11.846.503 pessoas que trabalharam de modo temporário, até 180 dias.

Dados econômicos e monetários

Crédito Rural. O Censo de 2006 verificou que 82,2% dos estabelecimentos recenseados não tomaram crédito agrícola, o que foi uma surpresa, diante do aumento constante dos valores dos Planos Safra.

Inovações rurais

1. Agricultura Orgânica. O Censo de 2006 verificou que somente 1,8% dos estabelecimentos eram de produção orgânica.

2. Soja Transgênica. A soja foi a cultura que mais se expandiu na última década, sendo que 46,4% desses estabelecimentos optou-se por sementes transgênicas.

3. Energia Elétrica. No Censo de 1995, 39% dos estabelecimentos informaram possuir energia elétrica. No Censo de 2006, o percentual subiu para 68,1%.

Agricultura familiar

O Censo Agropecuário 2006 foi acompanhado, pela primeira vez, do Censo Agropecuário 2006 – Agricultura Familiar. Este último, por ter apurado uma série de dados estatísticos que são agrupados apenas em duas categorias (“Agricultura familiar – Lei n.º 11.326” e “Não familiar”) já foi objeto de inúmeros artigos, especialmente publicados na imprensa brasileira, e não será objeto de análise neste documento. Aos interessados, sugere-se a leitura de dois artigos bastante distintos em seus argumentos, mas ambos focados no tema da agricultura familiar e seus resultados recentes, especialmente os produtivos. Esses artigos estão disponíveis nos “links” citados abaixo:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1110200908.htm>

http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20091006/not_imp446465.0.php

Conclusões

As interpretações que foram oferecidas, em diversos meios de comunicação, sobre os dados do Censo Agropecuário 2006, à luz da problematização acima indicada, devem ser lidas com cautela, pois foram algo apressadas e podem não representar a veracidade empírica das regiões rurais brasileiras. O Censo é documento de óbvia relevância e utilidade, para pesquisadores, planejadores, agentes governamentais em diversos escalões e necessidade ser analisado com cuidado, seus dados sendo também aferidos por outras fontes, muitas inclusive mais confiáveis (especialmente os dados monetários). Ainda assim, o Censo traz

revelações de grande significação, que revelam fatos e processos novos nas regiões rurais, os quais podem servir para corrigir políticas públicas, propor novas ações e, desta forma, aprimorar o padrão de desenvolvimento social no Brasil.